

Teoria e História do Jornalismo: confluências e divergências das teorias do jornalismo e da história

Felipe Pontes

Resumo

Com base nas categorias de acontecimento e narrativa, o trabalho compara o percurso teórico do jornalismo e da história para estabelecer similaridades e divergências epistemológicas das duas áreas. Principalmente para o jornalismo, um campo que ainda busca sua validação teórica. O destaque é dado para a aproximação possível entre as duas áreas, a partir da categoria de singularidade. Autores que propõem explicar teoricamente a história, como Weber, Rickert, De Certeau e Ricouer utilizam a categoria, assim como faz Genro Filho em sua proposta de teoria do jornalismo. O exercício teórico aqui apresentado é resultado de uma pesquisa que observou como os trabalhos em história do jornalismo no Brasil costumam descuidar de conceitos pertinentes ao jornalismo em suas pesquisas.

Palavras-chave: jornalismo; história; história do jornalismo; singularidade

Abstract

Based in the categories of events and narrative, the work compares the theoretical route of Journalism with History to establish epistemological confluences and differences of both areas. The prominence is for the possible approach between both areas, with base in category of singularity. Authors that propose to explain theoretically History, like Weber, Rickert, De Certau and Ricouer use the category, the same way that Genro Filho makes in his propose of theory of Journalism. The theoretical exercise shown here is result of research that observed how the works in History of Journalism in Brazil to usually neglect relevant concepts to Journalism in its researches.

Keywords: Journalism; History; History of Journalism; Singularity

Da relação entre teoria e prática do jornalismo e entre teoria e prática da história, esse texto busca discutir a história do jornalismo no espaço que conforma teoria e prática das duas disciplinas. Entende-se que atender a proposta de Marialva Barbosa (2007, p. 153-154) de aproximar a história e o jornalismo visando um entendimento mais profundo da teoria do jornalismo ou mesmo ao adaptar sugestão similar de Luiz Martino (2008) – dirigida à comunicação - de tornar a história uma aliada na busca pelas bases epistemológicas exige recuperar alguns conceitos pertinentes na teoria do jornalismo e na teoria da história. Lançar luz sobre dois percursos distintos, notando as variantes epistemológicas de cada um, permite a compreensão mais clara de suas convergências.

O exercício levado a cabo por Ricouer (1983, 1984 e 1985) de buscar as particularidades do tempo e da narrativa na história traçando o percurso epistemológico da história e da narrativa serve como grande exemplo diante de

propostas semelhantes como a de Muniz Sodré (2007) para a comunicação ou mesmo Hayden White (1978, p. 17) para o estudo da tropologia. Todas essas relações de forte conotação lógica, epistemológica e narrativa trazem como estrutura o modo como se estabelece o eixo entre o recorte do que é contado e o recorte do como contar. Não há como negar essa relação em exercícios textuais como os realizados pelo jornalismo e pela história. Ambas possuem a capacidade de narrar de determinado modo fatos e esses, por sua vez, entram em cada uma dessas áreas de maneiras diferentes.

Descreve-se aqui o estatuto epistemológico do jornalismo em comparação com a história a partir de suas considerações sobre o referente – o que chamamos de acontecimento - com a tessitura da intriga – denominado aqui de narrativa; e com a transversal possível, o olhar a partir do jornalismo ou da história, o eixo epistemológico de cada área – chamado de *transversalidade epistemológica*. Entende-se que esse eixo epistemológico, quando visto de seu próprio lugar, reconfigura o olhar sobre o acontecimento e a narrativa, dotando cada qual de propriedades que marcam seu respectivo campo do conhecimento. Passo a passo, o convite é o de recuperar o percurso redefinindo com os marcadores convencionados (acontecimento, narrativa e transversalidade) a partir do jornalismo e da história.

Percursos das teorias que enfatizam o acontecimento

O prelúdio da historiografia como pensamento filosófico, artístico e teórico é muito maior do que o do jornalismo. O jornalismo, como mostra John Hartley (1998) nasce com a modernidade, nos auspícios do renascimento cultural, crescendo nos períodos de revolução política e cultural (revolução inglesa, francesa e reforma protestante). Ele participa ativamente da configuração do iluminismo (já que serve de conexão entre os filósofos, políticos e o povo) e testemunha a emersão do realismo - momento em que se configura como profissão, busca a separação da propaganda e começa a constituir a base do que seria, mais tarde, sua teoria. A história, ainda que seja uma prática mais antiga, também é potencializada pelo renascimento cultural e pela revolução proporcionada pela imprensa de Gutemberg. A convergência de história e jornalismo acontece devido às temáticas, à circulação de anais, à produção religiosa, às histórias de viajantes e missionários ou mesmo os trovadores e inventores de história. Ambos estão devidamente inseridos na publicização, a história

em uma forma mais particularizada e o jornalismo na rapidez que a circulação e a tecnologia tornam possíveis. As duas práticas são políticas e literárias. Políticas, uma vez que incidem na redução de uma forma de enxergar e pensar o mundo (a idade média, a igreja, o feudalismo) e na ascensão de outra (os estados nacionais, a laicização, o racionalismo). Literária porque estão ligadas a formas de contar histórias, de encantamento, de poética.

No século XVIII, história e jornalismo já estão em sentidos opostos, mas ambos trabalham sob a mesma matriz teórica que alimenta/ é alimentada pelo racionalismo. Os debates políticos que movimentam a esfera pública do século XVIII, como apresenta Habermas (1961), trazem consigo a estrutura retórica da sátira e o posicionamento de combate às estruturas sociais que representem a passividade do homem. A história em seu exercício de verdade traz implícito o debate moral retórico e dialético. Por sua vez, ela permanece literária em sua parcimônia e projeto, em união com a filosofia. O jornalismo é o campo em que as polêmicas, as críticas, a retórica e muitos debates circulam propondo sentidos ao imaginário do público. Os dados arregimentados do passado pela história podem ser colocados em comparação com os dados arrolados no presente para disputa mais direta e política exercida pelos jornais. O jornalismo não tem pretensão de verdade, mas a sua conduta é pautada por uma moralidade em disputa.

A especialização do conhecimento sinalizado pelo pensamento kantiano e a emersão do realismo no século XIX transformam profundamente as práticas de jornalismo e história, ao mesmo tempo em que transformam todas as práticas de estudos sobre o homem, simbolizando o surgimento das ciências humanas. Constatase que Kant, como filósofo de sua época, realiza uma leitura ampla do mundo em transformação daquele momento. Leituras que são confrontadas entre filósofos e cientistas sociais com o objetivo de apreender seu mundo contemporâneo, mergulhado em transformações econômicas, políticas e culturais.

O jornalismo nesse momento recebe a influência do romantismo, do positivismo e sua posição transforma-se, analogamente à história metódica e positiva. É possível indicar que o pensamento do romantismo exerce influência no jornalismo, em sua paixão pelo presente, pelas figuras da cidade, ao mesmo tempo em que o *flâneur* literário – pesquisa empírica de tipos, ações e situações reais para a composição de personagens – pode ser considerada uma das influências para a prática da apuração jornalística. O positivismo é a vertente que influencia a ascensão

da objetividade e a analogias do exercício de apuração e redação ao método científico. E a escola metódica de Ranke e Niebuhr, como movimento da classe profissional dos historiadores, assemelha-se à especificação e profissionalização do jornalismo praticado nos países de língua inglesa. Tanto o discurso profissional anglo-saxão do jornalismo (CHALABY, 1996) como a Escola Metódica tentam separar suas práticas da literatura, dissociando a ligação com a narratividade, dotando os textos de uma transparência que visa à objetividade dos fatos.

É nessa especialização que o discurso metodológico *do fazer* de cada prática começa a ser desenhado, dotando, a partir do ofício, as características de suas concepções epistemológicas. Ainda que a história seja uma prática institucionalizada de saber acadêmico enquanto o jornalismo se institucionaliza pela via política (quarto poder), ambas constituem suas práticas visando o afastamento de qualquer tipo de filosofia ou teoria, fazendo de tal modo que a prática satisfizesse as necessidades de justificação epistemológica. O jornalismo também passa a recomendar que seus profissionais sejam formados pelas universidades, buscando desse modo na academia o alicerce para a prática social (PULITZER, 2009).

O objeto do ofício do jornalismo e o da história passam a constituir o fundamento para a justificação de suas atividades teórico-metodológicas. O acontecimento do presente pauta o interesse jornalístico, assim como os acontecimentos do passado configuram a história. As duas atividades validam como símbolos de sua credibilidade e verdade as instituições políticas, os políticos, os tratados diplomáticos e de estado. O historiador vai para o arquivo fundamentar a evolução do estado e os jornalistas inserem-se no presente como os produtores de documentos do dia-a-dia dos acontecimentos políticos e econômicos.

O acontecimento, nesse contexto, liga-se com os eventos ocorridos no referente, no mundo externo ao texto. Cabe ao historiador transportar os eventos com o máximo de fidedignidade para o seu texto presente. Por sua vez, o jornalista deve observar atentamente os fatos, transmitindo o acontecimento mais próximo possível do que ocorreu. A semelhança de princípios dá lugar à diferença de meios e justificações para esse exercício de “vontade de verdade” (FOUCAULT, 2005b). O historiador busca sua legitimidade na pesquisa de documentos, qualificando-os e transformando-os em fontes. O jornalista preocupa-se em testemunhar o fato enquanto ele acontece ou inquirir pessoas que tenham presenciado o fato, qualificando os discursos, confrontando as versões e transportando para o texto a

legitimidade de sua presença enquanto investigadorⁱⁱ. O historiador estrutura essa cópia do real a partir da composição da estrutura da ação (quem, como, onde, porque, o que e quando), da conjuntura política e cultural sob a qual ela ocorre e na inscrição da temporalidade própria dessa ação, marcando-a a distância do presente. Por sua vez, o jornalista quando passa a privilegiar o gênero notícia, fundamenta sua cópia na estrutura da ação, incide sua legitimidade na presentificação do acontecimento recente não privilegiando a distância entre tempo do referente e tempo da narração, o que, em conseqüência, significa menor contextualização.

O problema que surge no horizonte da prática historiográfica é o de explicar as causas e os efeitos, buscando verificar se a história legitima-se como uma possível ciência de explicação e predição dos acontecimentos. Dois problemas de pesquisa decorrem disso: (a) como a historiografia enquanto prática pode estabelecer as causas e as conseqüências de um determinado acontecimento; (b) se a história possui esta capacidade de explicação e se seria esse o seu papel. É diante deste último problema de fundamentação epistemológica que inclusive alguns dos representantes da tradição neopositivista (GARDINER, 1959) - que defendem com maior veemência o primeiro problema - chegam a conclusões que deslegitimam a visão preditiva e causalista da históriaⁱⁱⁱ (HEMPEL, 1942); ou enfraquecem essa visão, abrindo espaço para as teorias narrativistas da história (FRANKEL, 1957).

Nas teorias sobre o jornalismo, busca-se determinar se, na prática, o jornalista é ou não fiel aos acontecimentos, avaliando-o pelo grau de neutralidade e de objetividade (deontologia); percebe-se também como o jornalismo processa os acontecimentos, mapeando onde existem as ações subjetivas e políticas que descredenciam a visão de isenção da profissão (sociologia da profissão); e como atividade jornalística transforma e cria novos efeitos para os acontecimentos, sendo ela própria atriz desse acontecimento (ponto comum entre teorias tão diversas quanto a funcionalista/ positivista e a teoria crítica). Em todas elas, a noção de verdade fundada no referente justifica a pretensão da prática profissional (ou a deficiência dessa mesma prática) e conseqüentemente da referência teórica.

As proposições vitalistas e compreensivas de autores como Dilthey, Weber, Simmel, Wildeband e Collingwood surgem como resposta à visão explicativa via filosofia neopositivista. Para eles o papel das ciências humanas – tendo a história como um de seus expoentes - não é explicar os acontecimentos através de leis, mas compreendê-los enquanto criações humanas que recriam os homens. Eles propõem a

observação empírica rigorosa da vida humana em sua dinâmica para perceber como os acontecimentos são compreendidos objetiva e subjetivamente pelos homens. É essa a mesma visão que sustenta Robert Park (1922) ao tentar compreender o jornalismo inserido na organização das colônias imigrantes de Chicago ou a perspectiva de Helen Hughes (1940, p. 109-125) ao discutir os laços do discurso jornalístico com as manifestações folclóricas e míticas das comunidades. Nota-se nessa proposta compreensiva algumas convergências entre a narrativa e o acontecimento já dando alguns indícios dessa aproximação.

Em outro contexto, a história francesa do século XX – sob a constituição da escola de *Annales* - altera o objeto de trabalho destacadamente positivo da escola metódica, passando a preocupar-se com outras áreas que não a política, tais como as instituições sociais, a interferência humana sobre meios físicos geográficos, demografia, migração, práticas culturais etc. Essa escola recebe ainda influências da discussão epistemológica mantida pela filosofia e pela perspectiva compreensiva dos neokantianos. A história fundamenta-se ainda mais como método (exercício da escrita histórica), relegando a outras áreas - como a estatística, a economia, a antropologia, a geografia e principalmente a sociologia - o papel de justificação de sua prática. Por outro lado, o epicentro da mimese do acontecimento (a cópia estrutural da ação) deixa de ser o foco e passa a exercer papel secundário diante do aumento da importância do contexto estrutural que determina os acontecimentos. Todavia é importante salientar que essa estrutura não está no exercício narrativo do historiador, mas localizada no referente, evidenciando justificativas para a emergência do acontecimento.

Para fechar essa corrente da história que privilegia o contexto frente ao acontecimento, cabe o destaque à teoria marxista, que privilegia as estruturas produtivas com vistas a uma crítica sobre a organização da sociedade capitalista e a proposta de suplantação dessa sociedade por um projeto socialista. A história nessa perspectiva é ontológica, uma vez que se materializa no modo como o homem trabalha, produz suas condições materiais e psicológicas de sobrevivência. Assim, cabe à historiografia revelar a história essencial da humanidade para a transformação política. Os acontecimentos, sob esse aspecto, são a superfície do real, sendo necessária a crítica dialética para a revelação da história que lhes seria imanente.

O viés estrutural fundamenta constantemente as abordagens teóricas sobre o jornalismo. Porém, muitas vezes essa mesma abordagem não encontra na prática do

jornalismo as características estruturais que propõe. Por enfatizar o gênero notícia como predominante ou como o elemento base do jornalismo, as visões estruturais são dirigidas para fora da prática jornalística, seja para o contexto político e social dos acontecimentos, a organização empresarial e administrativa das empresas jornalísticas ou mesmo a cultura profissional dos jornalistas. Essas propostas teóricas acabam, conseqüentemente, fugindo da prática do jornalismo ao privilegiar as estruturas referenciais do acontecimento, o modo como se organizam as empresas jornalísticas (administrativa e politicamente) e as relações deontológicas e pragmáticas do exercício profissional. Se tais perspectivas colaboram no entendimento de uma parte da dinâmica do jornalismo, não propõem conceitos que tomem o jornalismo como uma forma de conhecer a realidade.

Nessa esteira, coube a uma teoria marxista a abertura do conceito de acontecimento no jornalismo para a demarcação de um ponto de vista diferenciado. Genro Filho (1987) une as estruturas da lógica clássica que conjugam universalidade, particularidade e singularidade à teoria marxista que funde epistemologia e ontologia, teoria e prática. A pergunta de Genro Filho é marxista: qual é o ser do jornalismo? Como ele consubstancia a prática humana transformando-a em algo necessário? A resposta dele é lógica: o jornalismo é uma forma de conhecimento sobre a singularidade dos fatos. Novamente o acontecimento, a cópia estrutural da ação. Mas, agora inserido no horizonte da particularidade e da universalidade, o que potencializa o sentido do trabalho do jornalismo em tornar público o acontecimento.

Algumas conseqüências na História do Jornalismo

Assim, a exposição da centralidade do acontecimento e o eclipse do trabalho narrativo tanto na história quanto no jornalismo permitem algumas conclusões que ajudam a entender as fundamentações teóricas, as estratégias metodológicas, as hipóteses e a definição dos objetos de estudo quando realizada uma história do jornalismo sob essa orientação. Do ponto de vista da história do jornalismo, buscamos as contextualizações, as causas e as conseqüências com o objetivo de justificar o acontecimento em foco. Na maioria dos casos, esse acontecimento torna-se mais importante que o jornalismo, fazendo das pesquisas o modo que o jornalismo apresenta tais acontecimentos, por vezes revelando e por outras deturpando as causas e as conseqüências deles.

Tomando o enfoque da deturpação como exemplo, a pesquisa em história do jornalismo assume a postura de “juiz deontológico do jornalismo”, apontando que ele não cumpre com seu papel de transmitir a verdade dos fatos. A história torna-se a testemunha do erro, o modo de comprovar que o referido jornal/ jornalista não é isento. Aqui, o pesquisador pode buscar as raízes dos possíveis interesses das empresas jornalísticas nessa versão do fato. Assim a pesquisa coloca-se no lugar do jornalismo correto (uma reparação deontológica do erro) ou da história reveladora. Nesse caso a visão sobre o jornalismo é deontológica, de dever ser o espelho do real; a visão sobre a história é positiva e reveladora; o objeto de estudo é a descoberta da verdade referencial dos acontecimentos (como ele realmente aconteceu); as estratégias metodológicas advêm principalmente de estudos da semântica discursiva (e sua imensa variedade de formas); e as hipóteses são fechadas e em sua maioria óbvias, já que sua resposta já está previamente dada nas premissas teóricas.

Em muitas pesquisas, a contextualização só é considerada exclusivamente histórica quando trata da sucessão presidencial, das políticas públicas, dos acordos diplomáticos e dos fatos políticos – característica oriunda do historicismo positivo. Quando o foco muda para estruturas econômicas, embates de classes e disputa pelo poder, o viés é marxista (crítico) ou funcionalista (positivo), por serem teorias sociológicas e porque o objeto localiza-se na ciência política e na economia política. Contextos outros, movimentos sociais, instituições, questões de gênero ou as raízes culturais respondem por categorias de outras áreas como a sociologia e a antropologia. Dificilmente a história é tratada sob a perspectiva de constituir leis gerais de causa e efeito ao modo neopositivista de Hempel, por exemplo. Mas, a busca nomológica pela causa e pela predição de acontecimentos permanece como forte objetivo dos pesquisadores em jornalismo quando buscam a interface com a história. O viés da história a partir do acontecimento traz ainda uma outra vertente, largamente usada pelo jornalismo: a de realizar biografias de personalidades, história de empresas, instituições, sindicatos etc, em uma perspectiva ligada à constituição dos interesses institucionais e de reconhecimento do segmento historiado (resgate da memória).

Já o jornalismo é definido a partir de alguma de suas manifestações, mas sem a tentativa de uma compreensão mais plena da atividade ou da teoria. Conceitua-se o jornalismo a partir das premissas deontológicas da profissão, como empresa, como meio de transmissão de fatos, como resultado de crenças dos profissionais, como um

dos seus gêneros (sendo conceituado exclusivamente pelas características desse gênero eleito), a partir das condições da organização administrativa, como matéria-prima do capitalismo, como um produto etc. A sua conceituação advém da descrição de suas funções, dos seus objetivos e de suas rotinas; da colocação de suas premissas deontológicas como tipo-ideal; ou da crítica *a priori*. A fundamentação teórica do jornalismo é definida tomando por base conceitos da sociologia, da política, da economia e da linguagem.

O percurso das concepções que evidenciam a narrativa

As abordagens narrativas na história surgem a partir do questionamento do modelo neopositivista, bem como da ascensão das teorias lingüísticas e retóricas. Na França e nos Estados Unidos, autores como Paul Veyne e Hayden White ampliam o objeto da história, recuperando o conceito de acontecimento frente ao de estrutura, mas com uma nova definição de acontecimento. O acontecimento é desenvolvido no interior da tessitura da intriga, deixando de ter uma característica eminentemente referencial, passando a constituir um arcabouço narrativo e retórico. Em termos epistemológicos, esses autores propõem um enfraquecimento da ciência para a elevação da importância de sua característica narrativa.

Nesse aspecto, as figuras de linguagem, o estilo e o discurso assumem o centro da cena em história. Não cabe em tal visão a busca pela totalidade do objeto referencial, mas o estudo do modo como o historiador impõe um sistema de provas pertinente à coerência narrativa ou à competência argumentativa propostas por ele. Por outro lado, a história amplia a abrangência de seus objetos, visto que passa a ser considerada a escritura pertinente a qualquer área de saber. A característica “sublunar” da história, como aponta Paul Veyne (1971, p. 117), permite a ela a capacidade de auxiliar outro campo de estudos, tecendo assim os interesses com que esse foco será direcionado ao passado. Trata-se de uma mistura profícua entre a descrença da verdade total da história como proposta por Nietzsche e traduzida pela arqueologia do saber de Foucault e a corrente compreensiva de história como indicam os conceitos weberianos.

No jornalismo, a teoria narrativa ainda está arraigada às proposições das ciências literárias, da antropologia e, principalmente, das ciências da linguagem. O olhar volta-se para as estruturas de gênero, os modos de escrita, o estilo, o design

gráfico e os métodos compreensivos de escrever sobre a realidade em uma maneira distinta da proposta pelo método da objetividade materializado no lead. Em sua maioria, os textos justificam o estudo da narrativa por outra área (lingüística, antropologia, retórica) e quando o jornalismo é citado, a compreensão retorna para a proposta do acontecimento ou de crítica a essa proposta. Dessa maneira, boa parte das análises de sintaxe ou de semântica jornalísticas permanece vinculando o jornalismo ao referente exterior ao texto, demonstrando a força que as concepções sobre teoria da notícia possuem.

Os estudos narrativos do jornalismo também localizam a força que a linguagem exerce em sua arbitrariedade, revelam as estruturas míticas transmitidas pelos jornalistas ou - em uma grande parcela das abordagens - comprovam que o jornalista não cumpriu com o seu papel de transmitir imparcialmente a verdade, recorrendo novamente à estrutura deontológica do realismo jornalístico. Outra estratégia que tenta recuperar a narratividade do jornalismo é aquela que recomenda a preocupação em transmitir o real sem descuidar da qualidade narrativa para envolver o leitor. Porém, essa sugestão ainda vincula-se mais a uma proposta prescritiva, do que ao entendimento teórico das implicações que pode trazer a mudança no modo de narrar.

A história do jornalismo não deixa de recuperar, de certo modo, a narratividade estruturada dos acontecimentos presentes, o que caracteriza, de antemão, o caráter construído em que os fatos estão apresentados no jornal. Mas, esse exercício histórico assume conotações diferentes diante do modo com que o historiador olha essa narrativa: ele pode estudar a narrativa jornalística com vistas a reconstruir o estatuto do acontecimento; estabelecer o modo como os jornais alteram a versão dos fatos, retornando à proposta já exposta na explicação da importância dada ao referente; tomar a postura de quem narra, entrando nos meandros do trabalho textual do jornalista e estabelecendo as regras e as condutas traçadas por eles na composição do acontecimento; ou o pesquisador olha a massa dos textos jornalísticos com o intuito de verificar as alterações no modo como o jornalista escreve ao longo de um determinado espaço de tempo, notando regularidades e diferenças desse trabalho. Em tal caso, são citadas causas que interferem no modo da escrita jornalística, usando principalmente estudos quantitativos da abordagem semântica, de estilo e de gêneros.

Ao propor em outro trabalho (PONTES e VOGEL, 2008) a estrutura básica para a compreensão da tessitura da intriga no jornalismo a partir do exercício das três mimeses (prefiguração, configuração e refiguração), o objetivo é recobrir as características configurativas e temporais do texto jornalístico e da história, abrindo caminhos para a inserção do exercício de leitura como pertinente a ambas atividades. Porém, destaca-se que o corte jornalístico é mais urgente de leitura do que o histórico. Se a prática histórica atende às características de historicidade e de memória próprias das sociedades, o jornalismo exige uma compreensão mais fluida, urgente e ligeira desse leitor que precisa compreender minimamente o que se passa em seu presente. O jornalismo conta histórias do presente, visando ações mais imediatas na sociedade como um todo, o que dinamiza não só o seu exercício de produção da narrativa quanto o de leitura. Se o papel da história é estratégico como organizador dos fatos do passado em uma síntese integradora de compreensão do presente, o jornalismo é ainda mais seletivo, podendo organizar os fatos que sintetizam um dia. Os exercícios de memória e de esquecimento no jornalismo funcionam muito diversamente dos da história, o que afasta as duas tarefas. O apagamento dos encadeamentos que regem os fatos torna a narrativa jornalística muito mais política, ideológica e pública do que a histórica. O trabalho do jornalista é fugaz, mas essa fugacidade possui um peso muito maior do que se supõe à primeira vista. A fugacidade do jornalismo é o da própria constituição de sua narratividade e suas recorrências são da ordem da solidificação da memória e das atitudes do público.

A singularidade como categoria para pensar jornalismo a partir do percurso da história

Tais considerações antecipam o corte proposto sobre a pertinência do referente e da narrativa por uma visão a partir do jornalismo (transversalidade). Sob essa categoria, toma-se como referência a teoria de Genro Filho (1987) que entende o jornalismo como uma forma de conhecimento que visa à singularidade. A proposta desta pesquisa é a de deslocar o conceito do gênero notícia para todo o jornalismo, considerando a singularidade não como a explicação do *lead*, mas como a capacidade jornalística de tornar o acontecimento único e público – o que pode ser conceituado como uma “segunda singularidade” (PONTES e KARAM, 2009).

Essa segunda singularidade, quando redimensionada à importância da compreensão narrativa do texto jornalístico permite a resignificação do

acontecimento jornalístico e da narrativa, buscando conceituar os elementos que permanecem no jornalismo em todas as suas formas de manifestação, produção, leitura e circulação. Para isso, o estudo não quer conceituar o jornalismo apenas por uma de suas partes, ora como produto, ora como meio, como empresa, profissão ou deontologia, mas como uma prática social mais ampla que inclui e caracteriza todas as formas de manifestação do jornalismo na realidade. Pretende-se alterar o modo de ver o objeto de estudo de uma teoria do jornalismo, tentando não ficar restrito à atividade descritiva ou à prescrição deontológica.

A singularidade aparece também como categoria pertinente para o estudo da história. Wildeband, Rickert e Weber, autores da história compreensiva neokantiana, propõem cada qual um modo diferente de compreender a singularidade da atividade da história. Wildeband separa duas categorias de objetos: uma nomológica, para qual o objeto é o típico, a regularidade, as leis que predizem os acontecimentos; e outra idiográfica, em que o objeto é o único, a distinção, o que é imbuído de valores autênticos e próprios. Rickert, sob outro aspecto, indica que a oposição não está no objeto, mas no método, pois tanto a metodologia generalizante quanto a que individualiza podem possuir o mesmo objeto, diferenciando-se pelo modo como concebem o real. O método que visa à universalidade faz da singularidade e da particularidade meios para a sua pretensão. O historiador faz do universal e do típico momento para a compreensão singular de um dado acontecimento. Para Rickert, o encadeamento do acontecimento, a reunião de suas causas e conseqüências permite o seu entendimento tanto para a universalidade quanto para a singularidade, a depender do interesse do pesquisador. A história quer ver o que singulariza esse momento (OAKES, 1988, p. 74). Weber segue o problema de Rickert, propondo um método de pesquisa que envolve capacidade narrativa, comparativa e imaginativa para a descoberta de quais causas e conseqüências tornam esse fato singular. Weber (1906) chama esse método de “imputação causal objetiva”.

Ricouer (1983, p. 263) afirma que a descrição do método do historiador proposta por Weber (que é chamada por ele de “imputação causal singular”) é uma forma de compreender a especificidade epistemológica da investigação histórica. Essa especificidade reúne o conceito de acontecimento e narrativa de modo a perceber como o trabalho do historiador busca a unicidade de um acontecimento a partir da estrutura narrativa que privilegia a ruptura, a mudança. Paul Veyne (1971), por seu turno, transforma o acontecimento em um recorte narrativo, importando a

série sob a qual o historiador instaura sua dúvida e seleciona seu objeto. Mesmo nas análises estruturais em que se privilegia a “longa duração”, ou nas análises quantitativas que indicam dados da demografia, a produção ou a economia, Ricouer (1983, p. 315-320) diz que a ruptura e a mudança orientam a prática historiográfica. A história busca a unicidade de um acontecimento do passado, não importando a dimensão temporal que torna a mudança algo lento ou rápido. Ao propor as três temporalidades para a história (tempo geológico, estrutural e curto/ dos acontecimentos), Braudel utiliza categorias de mudanças – surgimento, apogeu, queda - enfim, estruturas narrativas que dotam de processualidade as observações.

A categoria da singularidade, nesse aspecto, é utilizada tanto para caracterizar o jornalismo quanto a história. Vale destacar, primeiramente, os pontos em comum, para demarcar as dissidências que esse conceito acarreta nas duas áreas. As duas atividades são narrativas e, com esse *a priori*, é possível afirmar que ambas possuem desafios no exercício de compreensão da realidade. Quando o jornalismo investiga a singularidade de um fato, antes de qualquer outro aspecto, é na trama de uma especificidade que a ruptura desponta. Assim como propõe Paul Veyne (1971, p. 38-39) para a história, existe no jornalismo uma narrativa prévia que possibilita o diálogo com a realidade transformando o fato em acontecimento de uma história. A realidade dessa narrativa é institucional e popular, vinculada às regras da sociedade, à moral, aos costumes, aos mitos fundadores. Ela é instituída e instituinte da realidade através das referências que tornam possíveis a legibilidade das ações. Como descrito por Paul Ricouer (1983, p. 92-95), o jornalismo relaciona sua configuração textual ao texto simbólico presente no referente prefigurado (trazido para o texto) e na leitura a ser reconfigurada (a versão realizada pela leitura). A ruptura dessa trama faz o dispositivo narrativo entrar em ação e contar a história. O mesmo acontece com a disciplina histórica, com os mesmos marcadores narrativos.

Ao descrever a prática textual do jornalista, Genro Filho (1987b, p. 94) cita Nilson Lage na intenção de exemplificar como o jornalista singulariza o fato: “ao invés de dizer que o homem é muito alto, diga que tem um metro e noventa”; não escreva que “o Sarney estava nervoso ao anunciar o último Cruzado, diga no seu texto que suas mãos tremiam, digam que ele tinha o cenho carregado”. O modo de escrita que evidencia o “como” e o “que” serve para singularizar o evento dentro de uma dada trama, partindo de aspectos próprios da escrita do gênero notícia, contudo, não demarca a atividade do jornalista como forma de conhecimento. A hipótese de

que essa é uma das estratégias possíveis para que o jornalista singularize um fato, mas não o objeto do jornalismo já está demonstrado por Genro Filho, mas ainda não fica devidamente exposto devido à centralidade que o gênero notícia recebe em sua teoria frente aos demais gêneros. A singularidade como conhecimento, como sinal de mudança e ruptura no jornalismo está na interferência que um fato investigado e revelado jornalisticamente causa na vida das pessoas. O jornalismo preocupa-se com as causas, mas se atém muito às conseqüências. Aqui começam as diferenças entre jornalismo e história.

A narrativa histórica, por exemplo, é diferente da do jornalismo na enunciação e encadeamento das causas e das conseqüências. Paul Ricouer, ao explicar o conceito de frases narrativas de Artur Danto, caracteriza a história como uma espécie de onisciência, na qual as causas possuem relação com o conhecimento futuro do acontecimento, o próprio fato com as conseqüências dele, e as conseqüências com o presente ou a disposição de outros acontecimentos que lhe sucedem. A história individualiza narrativamente por poder expor conectivos do acontecimento com o seu futuro. Tanto o narrador quanto o leitor estão cientes de muitas das conseqüências de um dado fato, ficando a cargo do historiador evidenciar quais são as imputações e as decorrências que tornam único o acontecimento. No jornalismo, o futuro ainda é uma perspectiva. O acontecimento é trabalhado em suas causas, podendo ser investigado ao âmago de uma grande reportagem. Contudo, a atualidade (que alguns autores preferem chamar de contemporaneidade) permanece como um livro aberto, em que as conseqüências ainda são prognósticos. O desejo em apontar direções leva o jornalismo à exposição de tendências, busca por análises de especialistas, tentativas de explicitar as causas dos acontecimentos, sempre pensando no exercício de leitura de seu público. A singularidade do jornalismo é aberta, não como um ponto final que serve para tornar único um fato do passado (ainda que sejam múltiplos os interesses e as entradas possíveis a esse fato), mas como uma reticência, que deixa no campo da probabilidade a sua singularidade enquanto grande acontecimento.

Ao comparar com a proposta de Rickert e Weber, a proposta de Genro Filho parece diferenciar ainda mais o jornalismo no sentido exposto acima. O método da história é encontrar e explicitar as relações causais que determinam o acontecimento. Resumidamente, os historiadores partem de uma visão geral dos fatos, de um reconhecimento da trama histórica em que se insere a humanidade, para a posterior

especificação do recorte, a tipificação do conhecimento que está procurando para, daí sim, traçar as marcas que singularizam determinado fato dentro da trama traçada para ele. A universalidade torna-se um *a priori*, o recorte da trama, o caminho e a singularização do acontecimento como a caracterização do método histórico. A história quer localizar os pontos nevrálgicos da ruptura.

O jornalismo parte da ruptura. Como explica Genro Filho, esse não é o sentido do texto jornalístico, mas o sentido do conhecimento do jornalismo. Conforme o jornalismo aprofunda a investigação, realizando novas apurações, organiza comentários, editoriais, crônicas, charges, suítes, reportagens, ele aprofunda a ruptura, o acontecimento. O jornalismo não caminha apenas para o particular. A partir do momento em que o fato se generaliza, a pertinência jornalística tem a tendência de cessar. Até o momento que um novo fato pode reabrir o acontecimento.

Esse acontecimento não está apenas no referente, na realidade externa ao texto. Nem cristalizada no singular. Ao observar o jornalismo como uma prática complexa, percebe-se que o acontecimento articula os fatos narrativamente, ao modo do sistema apresentado por Michel de Certeau (1975, p. 103 e 104) para a história. A singularidade do jornalismo não acontece na cópia estrutural do fato referenciado, mas na relação impactante que esse fato pode tomar enquanto acontecimento que permanece no exercício de leitura. A pertinência do tema enquanto acontecimento jornalístico também se diferencia da história pelo interesse público que suscita. O acontecimento sob essa nova dimensão também permanece como tal por causa do público que suscita a necessidade de informação (SILVA e PONTES, 2009). Quanto maior o interesse do público sobre um assunto, maior será a busca do jornalismo em aprofundar o acontecimento.

O acontecimento jornalístico quando transformado em categoria de articulação da narração e da leitura, expande também o conceito de singularidade, visto que singularizar não significa tratar apenas de um fato, mas de um contexto, até mesmo de uma estrutura temporal e factual mais longa. Exemplos disso são algumas das matérias da revista *Realidade* (reconhecida pela qualidade e profundidade de suas reportagens) que tentam mapear mudanças no comportamento das mulheres brasileiras da década de 70, ou as discussões em torno do preconceito no Brasil nesse período. Esses temas amplos trazidos para a pauta jornalística revelam acontecimentos profundos, explicitam marcas que caracterizam a sociedade

brasileira. Por isso suscitam discussões, polêmicas e demarcam mudanças em relação a certas narrativas que circulam entre o público. São acontecimentos jornalísticos.

Em outro aspecto, explicar um acontecimento buscando a verdade, atribuindo dados científicos, reunindo a fala de especialistas e com rigorosa apuração não significa sair da esfera do jornalismo, como muitas vezes apontam estudos sociológicos, históricos e até mesmo jornalísticos. O trabalho do jornalista não é apenas superficial. A apuração de uma reportagem mais ampla pode servir para o conhecimento sociológico, para a determinação de causas para o estudo histórico, mas, antes de tudo, atende a um interesse jornalístico. Quando a investigação jornalística aprofunda uma questão, está se alargando a dimensão que o acontecimento possui enquanto instância que afeta o público em seu cotidiano. O jornalista está trabalhando no interior da ruptura, aprofundando ainda mais a pertinência desse tema para o público. O que o sociólogo ou o historiador vai fazer com essa matéria depois não interessa *a priori* para a teoria do jornalismo. Importante é ressaltar que tal prática é, antes de tudo, jornalística, com interesse particular para o jornalismo. Nesse aspecto esta pesquisa discorda da proposição de Genro Filho que aponta que a reportagem traz conjugado ao interesse jornalístico um interesse sociológico. O repórter não possui uma teleologia sociológica ao realizar seu trabalho, o público não precisa conhecer sociologia para compreendê-lo e o teórico em jornalismo não precisa recorrer à sociologia para explicá-lo.

O jornalismo como forma de conhecimento abre a seu público a demanda muito maior por narrativas que os ajudem a compreender a singularidade de um fenômeno. Ao considerar insuficientes as coberturas realizadas no âmbito mundial, nacional e local pelas empresas de jornalismo, jornais e revistas, o público ressentido de abordagens que complementem essa falha. Falha essa proporcionada pelos trustes de mídia, concentração de redes de jornalismo, ausência de mecanismos políticos de democratização da comunicação e a dependência que empresas de todos os portes têm do capital. Tais questões, sem dúvida, permanecem desafios para o exercício pleno do jornalismo. Contudo, não podem gerar conclusões apressadas a ponto de confundir o conceito do jornalismo, com o desse monopólio das empresas ou de sua falta de qualidade.

Cabe ainda ressaltar uma última questão para que seja possível avançar nas contribuições da história do jornalismo. Não só de verdade é feito o jornalismo. O jornalismo não é apenas uma prática positiva, que trabalha para o esclarecimento. O

jornalismo deve ser entendido como uma prática de detecção, produção e aprofundamento de acontecimentos que afetam o público e muitas instituições da sociedade. Muitos atores investem na mídia com o intuito de transformar suas pretensões particulares em necessidades públicas. Por isso, importa para pesquisador do jornalismo estudar como diferentes atores sociais articulam suas práticas com vistas a produzir acontecimentos jornalísticos. Isso só é possível porque, como aponta Pierre Nora (1974, p 184-185), “o acontecimento tornou-se intimamente ligado à sua expressão” e o jornalismo é em si o símbolo social do acontecimento, da ruptura, do que é discutido. O jornalismo possibilita a circulação de informações com validade. Ele é uma instituição que instaura a interpretação da realidade por parte do público devido a sua atividade de mediação. Disso decorre o posicionamento do público diante de questões que o afetam, mas sobre as quais não possui conhecimento direto e poder de intervenção.

Esta consideração justifica mais uma vez a necessária ampliação do conceito de acontecimento para além do referente, incluindo também a articulação da narrativa e da sensibilidade do público. O jornalismo instaura-se como acontecimento justamente por ser o dispositivo da articulação dos acontecimentos, mediando a realidade do referente, da narrativa e da leitura. A nova dimensão conceitual do acontecimento jornalístico inserido na narrativa jornalística permite notar marcas da chamada transversalidade jornalística, de uma possível forma de conhecimento.

A história do jornalismo como potencialidade para estudar o jornalismo

Comparar a história e o jornalismo possibilita refletir sobre algumas convergências de métodos e de problemas de pesquisa que dinamizam a história do jornalismo. Ao realizar história do jornalismo não se deveria existir apenas preocupações em recuperar biografias, histórias de jornais, de empresas de comunicação, de sindicatos, de partidos. Nem, por outro lado, de utilizar o jornalismo apenas como fonte de comprovação ou complemento para pesquisas sobre determinados assuntos trabalhados pelo jornalista. A primeira convergência possível nessa modalidade de estudo é o modo como o jornalismo dispõe um acontecimento, em que aspectos tal acontecimento torna-se de interesse público, quais os impactos para a sociedade diante da interferência do jornalismo etc. Por

outro lado, quais as estratégias narrativas que o jornalismo utiliza para produzir o acontecimento jornalístico, quais as alterações nos modos de contar histórias e as influências sofridas de outros sistemas textuais que tornam possíveis tais alterações. Por fim, como se organiza institucionalmente o jornalismo, quais os aspectos que possibilitam a ascensão desse discurso e como, indissociavelmente, essa ascensão torna possível o aparecimento de teorias que tentam explicar essa prática.

A história, como explica Paul Veyne (1971), possui a capacidade de associar-se a qualquer campo de saber devido à especificação que o recorte do historiador pode assumir para compreender o passado de determinada prática. No recorte da trama certos acontecimentos emergem como singulares e pertinentes na compreensão do modo como o campo de saber se desenvolve e chega às condições que se encontra no presente. Portanto, realizar a história do jornalismo torna possível o olhar para o passado com o interesse teórico do jornalismo, buscando compreender como teoria e prática são organizadas na atualidade.

A primeira tarefa da história do jornalismo é trabalhar na ampliação da compreensão do jornalismo. O estudo das diferentes formas de manifestação do jornalismo ao longo dos séculos possibilita o exercício de suspensão do presente, uma vez que nem sempre o jornalismo foi do jeito que é atualmente. O exercício crítico do passado descaracteriza teorias que evidenciam exclusivamente a descrição, que apontam categorias da atualidade como regras para descrever todo o jornalismo independente do contexto e do tempo. A história, como apontam Marialva Barbosa e Ana Paula Goulart (2005, p. 6-7), possui a capacidade de particularizar um dado período, revelar o lugar social em que se desenvolve uma prática e a temporalidade cultural e política que realçam o modo como o jornalismo é entendido pelo público e pelos jornalistas. Ao colocar em relação diferentes períodos, com diferentes contextos, o discurso do presente torna-se raro, ou seja, demonstra que foi constituído em condições específicas e que não representa categorias totais. O método weberiano de imputação causal singular novamente é convocado.

Ao particularizar um dado contexto, o exercício da história traça as singularidades que transformam a prática em um acontecimento digno de ser historiado na trama escolhida. A escolha de fatos pertinentes para a realização da história jornalística designa o “trabalho de conceituação sobre um todo confuso” que a certa distância histórica, possibilita a organização do devir e um projeto de explicitação (VEYNE, 1974, p. 64). Assim, a história do jornalismo traz em si uma

potencialidade para a teoria do jornalismo. Pensar o jornalismo historicamente é refletir criticamente a respeito do percurso da prática e dos diferentes modos de compreensão organizados sobre ela. A história do jornalismo localiza-se no espaço intersticial entre teoria e prática, possibilitando a reflexão sobre ambas. Como subdisciplina do jornalismo, o objetivo da história do jornalismo é teórico.

O método comparativo que acontece no interior do conceito de história do jornalismo entre a disciplina jornalismo e a disciplina história materializa em suas práticas as convergências que aqui se propõe teoricamente. Por exemplo, a convergência da prática do historiador e da prática do jornalista encontra simultaneamente lugar na história do presente e no livro-reportagem. A história do presente ou história imediata, entre outros aspectos, defende que o historiador deve voltar-se para os acontecimentos do presente, realizando análises das causas e possíveis consequências para a sociedade como um todo. O repórter que escreve um livro-reportagem necessita do espaço de um livro para aprofundar questões que não consegue contextualizar devidamente nas atividades da redação. Isso não significa que o repórter deixe de fazer jornalismo ou que o historiador deixe de fazer história. Ainda que Lacouture (1978, p. 218) defenda que o historiador possui um instrumental teórico e metodológico que validam suas análises como científicas frente à proposição mais pública e sensacional do repórter, a apuração rigorosa através de entrevistas, estudos de documentos e sensibilidade com os atores envolvidos tornam o trabalho do jornalista tão ou mais válido que o do historiador. As fronteiras se diluem. O historiador precisa tornar pública sua investigação para que ela atinja o sentido de esclarecimento que almeja; ao mesmo tempo, o repórter aplica a maior rigorosidade possível no intuito de validar todas as suas afirmações. Diferente do que afirma Lacouture (1978), não se rebaixa o historiador nem se eleva o jornalismo. Realiza-se história e jornalismo, dependendo da qualidade da pesquisa e do pesquisador, da apuração e do repórter para que ambas atividades sejam pertinentes para o mundo em transformação.

À história do jornalismo cabe a tarefa de explicar teoricamente como conceitos vinculados às duas disciplinas convergem e divergem, tornando possível a explicitação de suas matrizes filosóficas e epistemológicas. A teoria do jornalismo pode antecipar discussões que já avançaram em disciplinas mais consolidadas, como a história. Muitos problemas teóricos enfrentados pelas teorias jornalísticas já foram debatidos, em alguma instância, pelas correntes teóricas da história. Identificam-se,

inclusive, lacunas comparativas que podem resultar em outros estudos teóricos, como por exemplo, o papel que a categoria singularidade ocupa nas duas teorias. Otto Groth, teórico do jornalismo que permanece pouco estudado no Brasil, foi aluno de Max Weber e está inserido nas discussões epistemológicas promovidas pela escola neokantiana. Por outro lado, identifica-se a ligação dos estudos do interacionismo simbólico proposto por Park nos Estados Unidos - e seguido por vários pesquisadores em jornalismo - com as propostas de Simmel e Wildeband (orientador da tese de Park). O percurso das teorias, seu estudo comparativo e a história de suas transformações são necessários para uma disciplina que busca a fundamentação e o seu lugar entre as teorias para a compreensão da realidade. Principalmente porque a proposição de novas teorias em um campo de saber exige o reconhecimento histórico do seu objeto de estudo e de seus conceitos.

Referências

- BACHELARD, Gaston. *A Formação do Espírito Científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARBOSA, Marialva C. *Percursos do Olhar: comunicação, narrativa e memória*. Niterói (RJ): EdUFF, 2007.
- BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula G. O que a História pode Legar aos Estudos em Jornalismo? *Contracampo: revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, v. 12, p. 51-61, 1 sem de 2005
- BLOCH, Marc. *Introdução a História/ Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Coleção Saber, s/d.
- CERTEAU, Michel de (1975). *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- CHALABY, Jean K (1998). *The Invention of Journalism*. London: MacMillan Press, 1998.
- COLLINGWOOD (1946). *A História como Re-presentation da Experiência Passada*. In: GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1984.
- DOSSE, François (2000). *A História*. Bauru (SP): Edusc, 2003.
- FARO, José S. *Revista Realidade 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira*. Canoas (RS): Editora da Ulbra/ AGE Editora, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005
- _____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 2005b.
- FRANKEL, Charles (1957). *Explicação e Interpretação em História*. In: GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1984, p. 501-525.
- GARDINER, Patrick (1959). *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1984.
- GENRO FILHO, Adelmo. *Segredo da Pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, 1987.

- _____. Segredo da Pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo (Palestra). In: AMARAL, Márcia F (org). Olhares sobre o Jornalismo: A contribuição de Adelmo Genro Filho. Santa Maria (RS): Facos, 2007.
- GROTH, Otto (1960). Tarefa da Pesquisa da Ciência da Cultura. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org). A Era Glacial do Jornalismo: Teorias sociais da imprensa. Porto Alegre, Editora Sulina, 2007, p. 182-306.
- HEMPEL, Carl G (1942). A Função de Leis Gerais em História. In: GARDINER, Patrick. Teorias da História. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 421-435.
- HUGHES, Helen (1940). News and the Human Interest Story. New Brunswick (U.S.A.): Transaction Books, 1981.
- ISER, Wolfgang (1976). O Ato da Leitura: Uma teoria do efeito estético vol 2. São Paulo: Editora 34, 1999.
- KANT, Immanuel (1781). Crítica da Razão Pura. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- KANT, Immanuel (1783). Resposta à pergunta: O que é esclarecimento (aufklärung)? In KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 115-122.
- KARAM, Francisco J. C. 20 Anos de O Segredo da Pirâmide. In: Revista Estudos em Jornalismo e Mídia, vol IV nº 01 de 2007. Florianópolis: Insular, 2007.
- LACOUTURE, Jean (1978). A História Imediata. LE GOFF, Jacques (org). A Nova História. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 215-240.
- LAGO, Cláudia e BENETTI, Márcia (orgs). Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LAGE, Nilson. A Estrutura da Notícia. São Paulo: Ática, 2004.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (1974). História: novos problemas. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.
- LIMA, Ana Maria B. História do Ministério Público e da Polícia: do Estado Antigo ao Estado de Direito. 70p. Guarapuava (PR): Trabalho de Curso (TC) do Curso de Direito – Faculdade Campo Real, 2009.
- MALDONADO, Alberto E (2003). Explorações sobre a Problemática Epistemológica no Campo das Ciências da Comunicação. In: LOPES, Maria I. V. (org). Epistemologia da Comunicação. São Paulo: Editora Loyola, 2003 p. 205-225.
- MARTINO, Luiz C. As Epistemologias Contemporâneas e o Lugar da Comunicação. In: LOPES, Maria I. V. (org). Epistemologia da Comunicação. São Paulo: Editora Loyola, 2003 p. 69-101.
- _____. (2007) (org). Teorias da Comunicação: Muitas ou poucas? Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2007.
- _____. (2008) Classificação e Exame Crítico da Literatura sobre História da Comunicação. São Paulo: XVII Encontro Anual da Compós, 2008.
- NORA, Pierre (1974). O Retorno do Acontecimento. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org). História: novos problemas. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.
- OAKES, Guy (1988). Weber e Rickert: concept formation in the cultural sciences. Cambridge; Massachusetts; London: The Mitt Press, 1988.
- PARK, Robert (1904). The Crowd and the Public and Other Essays. Chicago/ London: The University of Chicago Press, 1972.
- _____. (1922). The Immigrant Press and its Control. Chicago: Harper and Brothers, 1922.
- _____. (1940). A Notícia como Forma de Conhecimento: um capítulo dentro da Sociologia do Conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org). A Era Glacial do Jornalismo: Teorias sociais da imprensa Vol 2. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008, p. 51-70.

- PONTES, Felipe; VOGEL, Daisi. A Constituição da Intriga na Narrativa Jornalística: por um conceito possível de jornalismo. Campinas (SP): Revista Comunicarte n° 36, PUC-Campinas, 2008, p. 79-98.
- PONTES, Felipe; KARAM, Francisco J. A Pertinência da Categoria Singularidade de Adelmo Genro Filho para os Estudos Teóricos em Jornalismo. Lisboa (Portugal): Revista Eletrônica Estudos em Comunicação, n° 6, 2009, p. 147-165.
- PONTES, Felipe; SILVA, Gislene. Jornalismo e Realidade: da necessidade social de notícia. São Paulo: Revista Galáxia da PUC-SP, 2009.
- PONTES, Felipe; SILVA, Gislene. Teorias da Notícia: impasses para a Teoria do Jornalismo. Revista Fronteiras Estudos Midiáticos, n° 11/3. São Leopoldo (RS): Unisinos, 2009, p. 176-184.
- REIS, José C (2003). Wilhelm Dilthey e a Autonomia das Ciências Histórico-Sociais. Londrina (PR): Eduel e Imprensa Oficial do Paraná, 2003.
- _____. (2004). A História entre a Filosofia e a Ciência. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- RICOUER, Paul (1983). Tempo e Narrativa – tomo 1. Campinas (SP): Papirus Editora, 1994.
- _____. (1984). Tempo e Narrativa – tomo 2. Campinas (SP): Papirus Editora, 1995.
- _____. (1985). Tempo e Narrativa – tomo 3. Campinas (SP): Papirus Editora, 1996.
- _____. (2000). A Memória, a História, o Esquecimento. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2008.
- SODRÉ, Muniz. Sobre a Episteme Comunicacional. Matrizes: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo – Ano 1, n.1 (jul-dez 2007). São Paulo: ECA/USP, 2007, p. 15-26.
- TUCHMANN, Gaye (1978). La producción de la noticia. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1983
- VEYNE, Paul (1971). Como se Escreve a História. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- _____. (1978) Foucault Revoluciona a História. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- _____. (1974) A História Conceitual. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos problemas. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988, p. 65-88.
- WEBER, Max (1906). Estudos Críticos sobre a Lógica das Ciências da Cultura. In: WEBER, Max. Metodologia das Ciências Sociais (Parte 1). São Paulo/ Campinas (SP): Cortez; Editora da Unicamp, 2001, p. 155-210.
- _____. Metodologia das Ciências Sociais (Parte 1 e 2). São Paulo/ Campinas (SP): Cortez; Editora da Unicamp, 2001, p. 155-210.
- WHITE, Hayden (1973). Meta-História: A imaginação histórica do século XIX. 2ªEd. São Paulo: Edusp, 2008.
- _____. (1978). Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994.

Felipe Pontes é Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor substituto nessa mesma instituição

Notas

ⁱ Texto presente nos anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, realizado em 2010.

ⁱⁱ Nesse aspecto, a atividade do jornalista assemelha-se à atividade do policial, transportando uma prática administrativa do Estado – o *inquérito* –, para sua prática cotidiana. Michel Foucault (2005) vai dizer que o surgimento do inquérito na idade média e o seu desenvolvimento na prática jurídico-administrativa do estado

serão fundamentais para solidificar as práticas de investigação acadêmica. É possível deduzir que o jornalismo toma essa prática das instituições jurídicas e estatais que lhe servem de fonte, ao mesmo tempo em que fundamenta essa mesma prática no exercício acadêmico do investigador. Para a compreensão do inquérito na atividade do estado e de alguns de seus órgãos como a polícia e o ministério público vide o trabalho de Ana Maria Lima (2009).

ⁱⁱⁱ Como exemplo principal dessa corrente neopositivista da história é possível citar o trabalho de Carl Hempel (1942, p. 422), para quem “as leis gerais têm, na história e nas ciências naturais, funções perfeitamente análogas, que elas constituem um instrumento indispensável à investigação histórica e que são até a base comum a vários métodos, muitas vezes considerados característicos das ciências sociais em oposição às ciências naturais”. Com esse pressuposto, Hempel defende que é possível estabelecer hipóteses universais que servem para “combinar eventos em fórmulas que geralmente se designam por explicação e previsão”.